

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 21-11-2018.

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Alvoní Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Eng^o Comassetto, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Marcelo Sgarbossa, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo n^o 135/18 e o Projeto de Resolução n^o 036/18 (Processos n^{os} 1300 e 1323/18, respectivamente), de autoria de Cassiá Carpes; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 140/18 (Processo n^o 1309/18), de autoria de João Carlos Nedel; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 118/18 (Processo n^o 1268/18), de autoria de Paulinho Motorista; e os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 039 e 093/18 (Processos n^{os} 0543 e 1039/18, respectivamente), de autoria de Rodrigo Maroni. Também, foi apregoado o Ofício n^o 1034/18, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo n^o 014/18 (Processo n^o 1342/18). Ainda, foi apregoado o Ofício n^o 027/18, do Vice-Prefeito, comunicando que se ausentaria do País do dia vinte e um ao dia vinte e seis de novembro do corrente, quando participaria do Congresso Internacional Consulcon18, em Madri, na Espanha. Além disso, foram apregoados os seguintes Processos SEI: n^o 040.00017/2018-64, de autoria de Mendes Ribeiro, informando, nos termos do artigo 227, §§ 6^o e 7^o, do Regimento, sua participação, no dia vinte e um de novembro do corrente, no Seminário Política Externa, Defesa e Inteligência na Projeção Internacional do Brasil, em Brasília – DF –; n^o 013.00049/2018-97, por meio do qual são autorizadas as Representações Externas de Valter Nagelstein, do dia vinte e dois ao dia trinta de novembro do corrente, e de Mauro Pinheiro, Moisés Barboza e Professor Wambert, do dia vinte e dois de novembro ao dia primeiro de dezembro do corrente, em reuniões com organismos financeiros internacionais e empreendedores norte-americanos, em Washington DC e Nova Iorque, nos Estados Unidos da América; e n^o 027.00020/2018-00, de autoria de Dr. Goulart, informando, nos termos do artigo 227, §§ 6^o e 7^o, do Regimento, sua participação, no dia vinte e nove de novembro do corrente, em sessão solene em homenagem ao nonagésimo aniversário da Associação dos Funcionários Públicos do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Felipe Camozzato. A seguir, foi realizada a chamada para ingresso na Ordem do Dia, constatando-se a inexistência de quórum deliberativo. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1^a Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 226/17, 004 e 055/18; e, em 2^a Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo n^o 119/18 e os Projetos de

Resolução n^{os} 023 e 029/18. Também, Felipe Camozzato pronunciou-se durante o período de Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Eng^o Comassetto, Dr. Goulart, Prof. Alex Fraga, Dr. Thiago e Mauro Pinheiro. Às quinze horas e treze minutos, em face de deliberação do Colégio de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por José Freitas e Valter Nagelstein e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público das galerias e o que nos assiste pela TVCâmara; eu trago dois assuntos bem relevantes e gostaria da atenção de todos os vereadores. O primeiro deles diz respeito à lei de orçamento para o ano de 2019, Ver.^a Sofia, eu acredito que vá interessar à bancada de oposição e, também, aos demais vereadores independentes. Temos, no orçamento deste ano, R\$ 35 milhões para publicidade, para comunicação. Temos 20 emendas de vereadores rejeitadas sob o pretexto de que “a fonte de recursos indicada para a emenda prejudica um projeto básico de edital de licitação de publicidade”. Basicamente, a Prefeitura tinha um edital para contratação de duas empresas de publicidade, no ano passado, no valor de R\$ 5,5 milhões, que foi republicado em outubro de 2018 no valor previsto de R\$ 34,9 milhões – R\$ 35 milhões! Pois bem, R\$ 35 milhões representam um aumento de 575% na previsão orçamentária de gasto com publicidade. Quando a gente abre e vê para quais secretarias esses recursos estão previstos, nós vemos que a saúde, por exemplo, abocanha R\$ 6 milhões e a Fazenda, cerca de R\$ 4 milhões, quase o mesmo valor que a saúde, Ver. Alex. Pergunto: estaria a Prefeitura interessada em usar esses recursos para fazer campanha de vacinação ou para fazer campanha de aumento de IPTU? Por que a Prefeitura aumenta em 575% o orçamento de publicidade e veta, rejeita 20 emendas de vereadores, entre os quais eu me incluo? Estou alocando um percentual pequeno disso, cerca de R\$ 1 milhão somente, para que a Guarda Municipal de Porto Alegre possa ter os seus uniformes renovados, coisa que não acontece há anos, dentre outras prioridades. Essa é uma das prioridades que os vereadores elencaram nas suas emendas. Será que o governo municipal prefere utilizar os recursos, que já são poucos, para fazer campanha a favor do aumento de imposto a colocar esse dinheiro nas áreas que realmente necessitam, como a área de segurança pública, no meu entendimento? Então, fica esse questionamento: são 575% de aumento no orçamento de publicidade, o que, para mim, é um absurdo! Primeiro, que o governo não deveria nem fazer publicidade oficial, somente a comunicação das ações, como a campanha de vacinação; mas para saúde são pretendidos apenas R\$ 6 milhões dos R\$ 35 milhões. Então, tem muito mais coisa além disso. Este é um dos pontos que gostaria de trazer, porque estou bastante inconformado, inclusive.

O segundo ponto que gostaria de trazer para os caros vereadores diz respeito ao entendimento da Prefeitura, quando afronta o Legislativo, sobre a Lei dos Táxis, aprovada neste Parlamento. Quando nós aprovamos a nova Lei dos Táxis aqui, rejeitamos a exigência de biometria para os taxistas e aprovamos uma identificação eletrônica, como uma senha. Naquela ocasião, entendemos que, além de um custo extra de cerca de R\$ 1 mil do aparelho, mais R\$ 100,00 mensais para o taxista manter a biometria, também haveria a burocracia que prejudicaria os passageiros e encareceria o serviço. Com a senha, todavia, teríamos atendido o requisito de ter o carteira e a senha para que o motorista se identificasse como aquele credenciado e, ao mesmo tempo, não teriam burocracia e custos tamanhos. Pois bem, o que ficamos sabendo, recentemente, é que a EPTC acolheu a ideia de identificação eletrônica, porém, abriu um chamamento público para testar uma tecnologia de identificação eletrônica por meio de biometria. Então, o Parlamento diz que não quer biometria e a EPTC vai lá e faz um chamamento público, por edital, para identificação por meio de biometria. Logo, estão passando por cima da vontade de Porto Alegre, porque isso não foi o que os vereadores de Porto Alegre desejaram no momento da votação. Novamente, o que significa o uso biométrico para os taxistas? O sistema tem valor estimado para sua implantação de R\$ 1 mil, mais R\$ 100,00 mensais de manutenção. Então, querem fazer com que os taxistas continuem reclamando da falta de competitividade perante os aplicativos, e, com razão, porque os táxis, em Porto Alegre, com toda essa burocracia e esses custos, vão perder competitividade e, quiçá, muitos taxistas não conseguirão mais trabalhar. Isso, obviamente, não foi o desejo votado por esta Câmara e, por isso, faço questão de chamar atenção de todos os meus colegas vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quinze vereadores presentes. Não há quórum.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2058/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 226/17, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que restringe a utilização de animais em atividades de ensino e de formação profissional no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0130/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 004/18, de autoria

do Ver. Rodrigo Maroni, que obriga o Executivo Municipal a destinar 5% (cinco por cento) do seu orçamento anual ao funcionamento da Unidade de Saúde Animal Victória.

PROC. Nº 0661/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 055/18, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que institui o Programa A Voz do Brasil Animal na programação do noticiário radiofônico A Voz do Brasil.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1270/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 119/18, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que denomina Campo de Futebol Paulo Alberto D’Alascio o próprio municipal localizado na Praça Tamandaré, no Bairro Petrópolis.

PROC. Nº 1245/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/18, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Vilson José Bocca.

PROC. Nº 1288/18 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 029/18, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que concede a Comenda Porto do Sol à Associação Cristã de Moços – ACM.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Obrigada, Ver. José Freitas. Eu quero aqui pedir desculpas ao PSOL, porque hoje pela manhã, como liderança de oposição, eu não consegui chegar na reunião de lideranças. Sei que a Fernanda ficou nos representando. E quero dizer aos demais líderes que só não compareci, porque o governo recebeu uma série de lideranças do esporte, das praças e parques, o secretário adjunto do vice-prefeito, então a reunião se estendeu. Não era possível eu me afastar, exatamente porque um dos temas tem a ver com um dos projetos que ingressou nesta Casa, que é o projeto da contratação temporária de professores e professoras. Então eu faço analogia, aqui, Camozzato, com a fala que tu fizeste. O secretário Carlos Siegle, o Nenê, argumentou, Ver. Bosco, que o problema era orçamentário e, por isso, não mantinha os professores na SME; tinha que fazer mais com menos, porque o Ministério Público determinou que os professores e todos os funcionários retornassem, o que não é verdade. Eu disse para o próprio secretário que isso não procedia, o Ministério Público desmentia esse argumento.

Mas eu quero tratar do argumento orçamento: orçamento é fazer escolhas, e o Camozzato traz aqui muito bem o aumento dos recursos na propaganda, na divulgação do governo, para R\$ 35 milhões, quando foi de R\$ 5 milhões no ano passado. E aí dizer para a liderança de parques e praças que está retirando seu professor de dança, de

ginástica, de judô, de ioga, porque não tem orçamento, quando põe orçamento na propaganda. É criminoso! Ainda mais que se comprometeu com a manutenção dessa política de esporte, lazer e recreação. E ainda mais que essa é uma política – nosso professor Assis, desculpa que não pude conversar contigo ainda, mas vou tratar do tema da educação – que tem contrapartida social, Ver. Bosco. Então o governo gosta muito de Parceria Público-Privada – PPP, e isso já tem nos parques e praças, o que a nossa secretaria de 25 anos fez. Os usuários colocam recursos para recuperação de espaço, para insumos, para limpeza... É a mais perfeita PPP que existe! Moradores, cidadãos cuidam dos parques e praças, colocam recursos, fazem manutenção. Então, o mínimo que o governo tem que colocar é o profissional, sem nenhuma burocracia, com autonomia; não precisa convênio, fazem associações de moradores. Então é a melhor PPP! Serve, inclusive, para ideologia do governo municipal. E, nesse sentido, a prova está que o Ministério Público determinou concurso público para suprir professores das escolas municipais, porque está faltando uma quantidade de quase 600 professores, e determinou que, enquanto não houvesse concurso – e que o concurso fosse feito imediatamente -, houvesse a contratação temporária. Pois bem, o governo mandou agora o projeto de lei da contratação temporária de professores e professoras, nós vamos estudar, condicionado à realização do concurso, achamos que isso é péssimo para a rede municipal de ensino, mas nós não podemos mais concordar com uma rede municipal que deixa de dar as aulas importantes por um ano inteiro, que deixa lacunas brutais na formação dos nossos estudantes, que foi o que aconteceu neste ano. Há alunos e turmas que não tiveram aula de história o ano inteiro, não tiveram matemática o ano inteiro. É gravíssimo! Portanto, nós vamos trabalhar a contratação temporária vinculada ao concurso, mas também vinculada a não desmontar a política de esportes, Ver. Bosco. E aí proponho que seja uma emenda coletiva nossa, que se complete o quadro de pessoal da SME, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esportes, porque não se pode justificar - porque faltam professores na educação – desmontar uma política que funciona bem e que é muito barata.

Portanto, orçamento são escolhas e o governo está mostrando que escolhas ele faz; lamentavelmente escolhas que não oferecem uma política nova e também impedem que as antigas e boas continuem. Isso é muito ruim para a cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, vereadora. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, tínhamos, para ser votado hoje, o projeto de emenda à lei orgânica que prevê a obrigatoriedade de publicação na internet dos balanços demonstrativos financeiros das nossas estatais. Quero lembrar aos colegas vereadores que tivemos, no ano passado, quando da formulação deste projeto, cerca de 25, 26

parlamentares coautores do projeto, um projeto que está em linha com os anseios da população, que quer mais transparência e que quer, obviamente, que as nossas estatais funcionem a contento, que sejam submetidas às mesmas regras a que uma empresa de capital aberto é submetida. A população demanda profissionalização de gestão pública e este projeto permite justamente isso.

Por isso, eu agradeço a todos os coautores que assinaram junto comigo. Tivemos parlamentares de diversas bancadas – a Fernanda sinalizando positivamente com a cabeça –, a Fernanda é uma das coautoras, a bancada do PT, do MDB, do PP, do PTB, enfim, acredito que todas as bancadas do Parlamento assinaram. Infelizmente, nós não vamos poder fazer a 1ª sessão de votação hoje, por conta da queda de quórum. Eu lamento muito essa queda de quórum. Nós queremos votar, e aí o Cecchim me sinaliza para fazermos uma sessão extraordinária, para conseguirmos acelerar essa pauta de final de ano, assim a população deseja e espera também que a Câmara consiga endereçar todos esses projetos de extrema importância para a Casa, como é o projeto que hoje discutimos, pela manhã, na reunião de lideranças, da desburocratização para a instalação de antenas. Um projeto fundamental, Ver. Cassio, para a população de Porto Alegre que há muito reclama que a nossa telefonia móvel não funciona, tem pontos onde as conexões não pegam e que prejudicam o dia a dia do cidadão porto-alegrense. Pois bem, um dos passos para melhorar a telecomunicação, que é um fator essencial para termos mais desenvolvimento econômico, é termos menos burocracia para instalação de antenas.

Existe aí um debate que, na minha opinião, ainda é muito ideologizado em torno do tema, de que essa nossa legislação atual – que é retrógrada, uma vez que já foi renovada por legislação federal – estaria a contento da preservação da saúde das pessoas, enquanto não existe nenhuma evidência concreta disso. Na verdade, pelo contrário, o sistema atual faz com que antenas isoladas, por serem poucas, tenham que emitir muito mais potência e radiação do que a nova legislação e atual tecnologia. A modernização das próprias telecomunicações permite que tenhamos muito mais antenas, porém menores e mais espalhadas, portanto, com menos emissão de radiação e potência, afetando bem menos a saúde.

Então, quem está interessado na saúde das pessoas, tem que modernizar nossa telecomunicação para permitir menos emissão de radiação e não manter do jeito que está, com poucas antenas, mas com muita potência, com muita radiação, fazendo esse blecaute de telecomunicação na Cidade e, ainda por cima, prejudicando as pessoas. Então, quero deixar aqui, novamente, a lembrança para que façamos essa sessão extraordinária, ou endereçamos o mais breve possível o projeto de emenda à Lei Orgânica, de transparências das estatais. E também possamos endereçar as demais pautas aqui, do Parlamento, como obviamente essas duas que já falei em tempo de liderança, sobre o atropelo da Lei Geral dos Táxis, que votamos aqui, e também o atropelo que, na minha opinião, ali, é desgoverno, inclusive na organização das emendas orçamentárias, especialmente no que diz respeito às emendas de publicidade e comunicação da Prefeitura, que, vamos combinar, eu nunca vi ter um aumento de 575%

na publicidade da Prefeitura. Isso não soa bem numa Cidade que não consegue sequer tapar os seus buracos e pagar os seus servidores em dia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. Felipe Camozzato. O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, em nome da bancada do meu partido, da Ver.^a Sofia Cavedon, do Ver. Adeli Sell, do Ver. Marcelo Sgarbossa, eu quero conversar com todos os colegas vereadores para que nos alinhemos em uma postura contrária à extinção de uma das principais profissões prestadora de serviço público na cidade de Porto Alegre, que a é profissão de taxista. Nós debatemos muito aqui nesta Casa, foi aprovada a lei que regulamenta que deveria ser qualificado o serviço de táxi, foram liberadas as plataformas. Agora, o grau de exigência continua aos taxistas, cujo serviço está entrando em extinção, um serviço público de concessão que tem uma tradição na cidade de Porto Alegre, e nós devemos, Ver. Brum, olhar e salvar os taxistas. Agora, a lei que foi aprovada ainda em 2014, a Lei nº 11.582, aponta para a identificação eletrônica. Existem diversas tecnologias de identificação eletrônica. Agora o Executivo municipal está exigindo que seja a identificação eletrônica por meio de biometria. Isso terá um custo de mais ou menos R\$ 1 mil a mais – ou mais – para cada táxi da cidade de Porto Alegre, e mais um custo mensal. Portanto, Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, é mais uma taxa para os taxistas pagarem, enquanto as plataformas não pagam nada de taxa. Quero lembrar, quanto a essa identificação eletrônica, que é necessária, que algumas tecnologias não têm esse custo – R\$ 1 mil por táxi é apostar na difícil situação em que vivem os táxis na cidade de Porto Alegre. Esse é um serviço que o poder público municipal não pode apostar na sua extinção, nós temos que apostar na sua qualificação. Então, venho aqui trazer este tema para que nós possamos dialogar e ter um uma postura de salvar o sistema de táxi de Porto Alegre. Então, a bancada do Partido dos Trabalhadores, junto a outras muitas bancadas desta Casa, tem essa preocupação. E nós temos que verificar – e aqui é um pedido ao Executivo municipal, à EPTC, que já fez uma chamada pública para avaliar, conhecer esse trabalho de identificação eletrônica por meio da biometria – o custo que tem esse serviço: mais R\$ 1 mil para cada táxi, ou para cada usuário de táxi, que vai ficar nas custas desses trabalhadores. Um táxi, em Porto Alegre, tinha um significado há uns cinco anos, esse significado, hoje, diminuiu em cem a sua importância para a cidade de Porto Alegre, devido às políticas públicas adotadas. E nós precisamos aqui dialogar.

E aqui, Ver. Cassiá, esse é o tema, o Executivo tem que dialogar com essa categoria, para poder ajustar esse serviço e nós termos qualidade, mas não pode simplesmente implementar tecnologias às custas dos usuários, às custas desses trabalhadores, porque o serviço de concessão de táxi é para trabalhadores de táxi, que

trabalham de manhã, de tarde, de noite, sem folga, sem férias, sem 13º salário, e bancam sozinhos esse sistema. Enquanto que, nas plataformas, nada disso tem, se compararmos com seus concorrentes diretos. Muito obrigado, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. Comassetto. O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, minha bancada, que me permitiu esse tempo de liderança, Vereadores Paulo Brum, Elizandro Sabino e Ver. Cassio Trogildo, nosso líder; eu queria falar com uma especial atenção para nosso deputado Thiago Duarte e para a nossa deputada Sofia Cavedon. Quero mandar este recado, porque nós vamos precisar de ajuda.

Imaginem os senhores que existe uma situação que poucas pessoas conhecem, que são os grandes queimados, aquelas pessoas que saem de acidentes, de incêndios, de queimaduras por ácidos, enfim, de destruição de grande extensão de pele. E essas pessoas podem utilizar pele delas mesmas e que não pode ser em grande extensão, porque ela já está em grande parte queimada, há um comprometimento da pele, perdendo plasma, perdendo soro, perdendo líquido, a gente não tem muito de onde tirar para colocar em cima as plasmas, para poder melhorar a cicatrização. E banco de pele só tem em São Paulo. Em Curitiba e Porto Alegre se utiliza pele de cadáveres, que ajudam bastante, mas permanecem grandes deformações, com dificuldade de mexer o pescoço, com dificuldade de mexer as articulações, ficam quase paralisadas, porque há um endurecimento da cicatrização.

Qual é a grande solução, que pouco tem se falado? É recobrir as feridas com a membrana da placenta do parto. Nasce um nenê, de preferência de cesariana, retira-se a placenta, recorta-se a bolsa amniótica, que pode ser conservada, em conservantes, durante dois anos em temperatura de quatro graus centígrados. Quando uma pessoa tem grande expansão de queimadura, a gente recobre com a membrana do parto, com a bolsa das águas do parto, viva, e ela dá uma cicatrização singela, sem esses defeitos secundários que eu falava para vocês, com grande melhora da cicatrização. E, como ela tem aquelas células totipotentes, que podem se transformar em qualquer célula, muitas das células da membrana amniótica se transformam em pele. Olhem que maravilha!

Mas o que temos de ruim? Não está autorizado ainda pelo Ministério da Saúde que o SUS lance mão desses processos, embora alguns hospitais do centro do País e a própria Santa Casa tenham ajudado os queimados do Cristo e os queimados da Santa Casa, mas não está ainda liberado, não existe uma portaria. Aí que eu falo para os nossos deputados, vou falar com o Maurício Dziedricki, através do Cassio Trogildo, nosso líder, para que a gente possa ter algum tipo de autorização para que as famílias doem as placentas dos seus partos para que se faça a retirada da membrana da bolsa das águas para cobrir os ferimentos. As pessoas terão uma bela cicatrização e não aquela monstruosidade de cicatriz que a gente está acostumado a ver.

Eu queria dizer que quem nos procurou com esse problema foi o Dr. Roberto Oliveira, dono da Fugare, que faz ecografia, que é um humanista sempre preocupado com esses temas, e ele nos falou disso. Eu não sabia que isso existia. Queria pedir para o Ver. Paulo Brum, que é um homem também voltado para a saúde, que nos ajude nessa caminhada. Dr. Thiago, fica aí uma missão para V. Exa., quando assumir como deputado federal, e para a Sofia Cavedon também. Um beijo, muito obrigado. Isso é um ar de clemência para as pessoas que precisam da doação. Eu vou trazer fotos, no futuro, e mostrar para vocês a diferença da cicatrização com a membrana da água do parto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, boa tarde, público que nos assiste pela TVCâmara. Gostaria de usar este tempo de liderança do meu partido, agradeço pela oportunidade a Ver.^a Fernanda Melchionna e ao Ver. Roberto Robaina, para tratar de dois temas importantes. O primeiro é com relação ao problema gravíssimo que está assolando a nossa Cidade e tende a piorar nos próximos meses. Em muitos bairros de Porto Alegre, inclusive aqui no Centro Histórico, está tendo o problema da infestação do escorpião amarelo. Nós precisamos enfrentar este problema. O escorpião amarelo causa grande dor, feridas no local da picada, mas oferece grande risco à saúde e à sobrevivência das crianças pequenas. Um dos bairros que tem o maior índice de infestação atualmente é a Lomba do Pinheiro. Várias comunidades da Lomba do Pinheiro apresentam registros de escorpião amarelo, e, portanto, a Prefeitura desta Cidade precisa tomar atitudes. Existem poucas equipes vasculhando, vistoriando os diferentes bairros da nossa Cidade; é preciso que essas equipes sejam ampliadas, é preciso a construção de uma campanha de conscientização da população e é preciso, mais do que tudo, limpeza da nossa Cidade. Focos de lixo, junção de detritos fazem com que haja o local propício para a proliferação desses animais, cujo prato preferencial são baratas. Ou seja, onde há sujeira, onde há acúmulo de resíduos, de detritos, potencialmente temos um local para abrigo do escorpião amarelo. Portanto, todos os órgãos da Prefeitura devem estar envolvidos para controlar esse problema que, nos meses de verão tende a se agravar, porque isso aumenta a taxa metabólica e estimula a reprodução desse aracnídeo.

Outro problema bastante grave, uma denúncia que nos chegou há pouco tempo, é que todas as escolas do Município de Porto Alegre tiveram o seu CNPJ cancelado! O CNPJ das escolas desta Cidade está cancelado por conta da não prestação da declaração de isenção do Imposto de Renda, tarefa essa que sempre foi desempenhada pela Secretaria Municipal de Educação. A Secretaria Municipal de Educação, no primeiro ano da gestão do Sr. Adriano Neves de Brito, não presta as declarações, fazendo com que as nossas escolas tenham agora o seu CNPJ cancelado,

bloqueado. A população de Porto Alegre, as senhoras e os senhores vereadores têm noção da gravidade disso? Das implicações que o bloqueio do CNPJ dessas instituições vai gerar administrativamente para as direções? Senhoras e senhores, é inaceitável o grau de irresponsabilidade com que a educação, a Secretaria de Educação está sendo gerenciada! É terrível! Além do abandono das escolas, das nossas crianças, o ataque aos professores, agora nem questões burocráticas básicas o Sr. Adriano Neves de Brito consegue controlar. Isso é questão de bom senso! Falamos com conhecidos que trabalharam em secretarias municipais de outras cidades, Viamão, por exemplo, historicamente sempre foi a Secretaria Municipal de Educação que prestou contas, que declarou as isenções. A Secretaria Municipal de Educação sempre fazia isso no Município de Porto Alegre e deixou de fazer. No primeiro ano de gestão a incompetência somada à má vontade vai acabar com as nossas escolas. O Sr. Adriano Neves de Brito é um completo e total irresponsável! O Executivo tem que tomar alguma atitude. Isso é inaceitável, senhoras e senhores. Um grande abraço a todos e esperamos que a educação não seja mais relegada a uma secretaria abandonada em um cantinho da gestão pública neste Executivo. Nós precisamos que a educação seja prioridade, seja encarada com seriedade e não jogada nas mãos de alguém que faz pouco caso deste setor. Um grande abraço a todos!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. Alex. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Obrigado, Ver. José Freitas. Eu venho aqui a esta tribuna, Ver. Cláudio Conceição, para saudar a feliz notícia que nós tivemos, na tarde de ontem, com a indicação pelo Presidente eleito Jair Bolsonaro, do nosso futuro ministro da Saúde, nosso correligionário, deputado federal, grande lutador, Luiz Henrique Mandetta. Uma pessoa com o pensamento amplo da saúde, conhece profundamente os problemas nacionais, das especialidades – ele é ortopedista, ortopedista infantil –, nacionais da atenção básica, nacionais da atenção hospitalar necessária. Então, nós, na tarde de ontem, passamos a ter mais esperanças no futuro da saúde pública neste País. Certamente, o Dep. Mandetta vai impregnar de entusiasmo o Ministério da Saúde e valorizar, profundamente, os profissionais da saúde que se formam e têm sua formação revalidada neste País. Hoje, é o primeiro dia desse programa nacional de interiorização de médicos, que nós vamos chamar de Mais Médicos pelo Brasil, a partir de agora, vai ter outro nome. Hoje é o primeiro dia de cadastramento, e o *site* do Ministério da Saúde chegou a trancar, pelo número de profissionais que tem se cadastrando, profissionais com CRM, profissionais com diploma regulamentado no Brasil, tantos profissionais se cadastrando, nesse sistema, para participar desta interiorização de médico. Claro que esses profissionais também têm a esperança e acreditam que nós vamos ter, no interior e na periferia das grandes cidades, as condições necessárias para o atendimento de pacientes, o que é fundamental.

Como nós sempre dissermos, era fundamental que qualquer programa sério tivesse revalidação do diploma, como há em qualquer parte do mundo. Quando um profissional vai para um país estranho, vai para um país no qual ele não tem o seu diploma fundado, ele tem de revalidar. O Brasil era um caso *sui generis* na história da humanidade. Então, é necessária a regulamentação. E para com aqueles que vêm de fora do país, que eles recebam, sim, o salário que é pago pelo governo, e não fique esse recurso com outras entidades ou servindo a outros interesses de outros governos. Que, sem dúvida nenhuma, eles tenham a liberdade, como eles vêm para um País livre, de trazer a sua mulher, o seu marido, os seus filhos. Que esses não fiquem aprisionados na sua ditadura de origem, como nós vimos nesses últimos anos. Então, acho que o Brasil vira a página e passa a olhar a saúde de uma forma muito mais humana, muito mais leal para médicos e pacientes. E assim funda um sistema de saúde capaz, de não só termos bons companheiros quando a gente vai consultar, mas, sim, termos profissionais com resolubilidade e com condições adequadas para atender, inclusive, os casos mais graves. Parabéns ao Presidente eleito Jair Bolsonaro por ter confiado no Dr. Luiz Henrique Mandetta, pois tenho certeza de que ele vai dar a resposta necessária para que a saúde deste País melhore. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Dr. Thiago. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente Valter, vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, quero aproveitar meu tempo de liderança, Presidente, para primeiro parabenizar o nosso secretário Erno, da Secretaria da Saúde, junto com o Executivo e o prefeito, porque ontem inauguramos uma obra em Porto Alegre, o Hospital Santa Ana, e isso muda a retrospectiva de Porto Alegre, Ver. Conceição, porque, nos últimos anos, mais leitos são fechados do que abertos nas cidades, mas Porto Alegre tem avançado. Ontem os vereadores Dr. Goulart, Moisés e Cassiá Carpes estavam presentes. Tivemos a oportunidade de inaugurar uma obra onde 205 novos leitos foram abertos na cidade de Porto Alegre. É um hospital que vai servir de retaguarda para os hospitais de alta complexidade – peço ajuda ao Dr. Goulart se estiver usando os termos errados, o senhor, que é médico, pode nos ajudar – que fazem cirurgias onde tem que ter um equipamento mais adequado, cirurgiões, o paciente fica alguns dias ali e, na sua recuperação, então, vai para esse hospital de retaguarda, desobstruindo, dessa forma, aquele leito do hospital de alta complexidade, podendo ali se fazer mais cirurgias durante o ano, porque aquele paciente foi deslocado para esse hospital de retaguarda. Quero parabenizar a Secretaria de Saúde pelo excelente trabalho que tem sido feito, mas, principalmente, pela inauguração do Hospital Santa Ana, no dia de ontem. Nós

tivemos a oportunidade de conhecer o hospital, é de excelente qualidade, um hospital que foi totalmente reformado, com equipamentos novos e que vai servir à cidade de Porto Alegre – não só Porto Alegre, acaba servindo à boa parte do Estado e à Região Metropolitana.

Também quero fazer um apelo aos vereadores e ao Presidente Valter: infelizmente, como hoje temos alguns vereadores em representação externa, não tivemos quórum, num primeiro momento, para a Ordem do Dia. Então, gostaria de solicitar ao Presidente da Casa e aos demais vereadores que se faça uma sessão extraordinária para que possamos votar os projetos importantes. Um dos projetos importantes que nós temos na nossa Ordem do Dia de hoje é o da doação de dois terrenos pelo governo do Estado, o que atenderá à Vila Liberdade, que se incendiou, alguns anos atrás, ali nas proximidades da Arena. Esses terrenos serão doados à Prefeitura Municipal de Porto Alegre pelo governo do Estado, nós precisamos aprovar um projeto de lei para poder receber a doação e, dessa forma, poder encaminhar. Está aqui o secretário do DEMHAB acompanhando a sessão. Ali serão construídas, Ver. Engº Comassetto, 700 casas pelo Minha Casa, Minha Vida, um projeto importante para a Cidade e que depende da aprovação deste projeto de lei o quanto antes. A gente sabe que essas famílias que sofreram com esse incêndio, há alguns anos, estão recebendo aluguel social, outras estão com dificuldade de moradia. Então, quanto antes aprovarmos este projeto, mais rápido poderemos atender a essas famílias que estão dependendo hoje da Prefeitura. Estamos fazendo um apelo aos vereadores que estão nos seus gabinetes para que venham até o plenário, também ao Presidente da Casa e aos demais vereadores para que a gente faça uma sessão extraordinária para votar este projeto importante para a cidade de Porto Alegre, também os demais projetos dos vereadores, para que a gente tenha uma quarta-feira produtiva e consiga avançar principalmente neste projeto do Minha Casa, Minha Vida, que acho que será aprovado, com certeza, por todos os vereadores desta Casa, por unanimidade, diretor Emerson, porque é importante, não para o vereador A, B ou C, mas para a cidade de Porto Alegre, principalmente para essas 700 famílias ali que hoje vivem de forma precária, e para que a gente possa dar andamento urgentemente a esse projeto que vai atender 700 famílias na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Muito obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. Solicito às lideranças que se aproximem da Mesa. (Pausa.) Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h13min.)

* * * * *